Droga, comportamento criminoso e psicopatia: resultados de um estudo comparativo Rui Abrunhosa Gongalves e Cláudia Feitosa Salém

Resumo: A ligação entre o consumo de drogas e a perpetração de crimes está hoje bem estabelecida. Porém, torna-se relevante saber que tipo específico de crimes é que está associado à toxicodependência e qual o grau de perigosidade dos indivíduos que neles se envolvem. Neste particular, a referência aos psicopatas, arquétipo dos criminosos mais perigosos, torna-se fundamental. Deste modo, são apresentados resultados de investigações junto de reclusos portugueses do sexo masculino a quem foi administrada a versão portuguesa da *Checklist* de Psicopatia de Hare (PCL-R; Hare, 1991), e de uma amostra da heroinómanos em consulta num Centro de Atendimento a Toxicodependentes. São evidenciadas as ligações entre consumo de drogas, grau de psicopatia e crimes cometidos, verificando-se serem os heroinómanos aqueles onde a incidência da psicopatia é menor. Implicações para programas de intervenção e tratamento penitenciário serão também referidas.

Palavras-Chave: Toxicodependência; Psicopatia; Crime; PCL-R.

Résumé: Le lieu entre usage de drogues et la pratique d'actes criminels est aujourd'hui bien connue. Néanmoins, il est important de savoir quel genre d'actes criminels est associé à la toxicomanie et quel est le degré de periculosité des sujets accusés d'actes criminels. En particulier, il est fondamental faire référence aux psychopats, qui sont l'archétype des criminels des plus dangereux. Ainsi, on présent les résultats de recherche d'un groupe des détenus portugais du sexe masculin, qui ont subi l'application de *check-list* (version portugaise) de Psychopathie de Hare (PCL - R.; Hare 1991), et d'un groupe d' héroïnomanes en consultation dans un Centre de Traitement pour toxicomanes (CAT). Sont mis en évidence les rapports entre usage de drogues, degré de psychopathie et actes criminels connuis on constate que chez les héroïnomanes l'incidence de la psychopathie est mineur. Sont aussi mentionnées les implications dans les programmes d'intervention et de traitement en prison.

Mots-Clé: Toxicomanie; Psychopathie; Crime; PCL-R.

Abstract: The relationship between drug abuse and criminal behaviour is well established, although it is necessary to precise which type of crimes are actually involved. Reference to psychopathy is also needed since psychopaths are, by far, the most violent and dangerous criminals. This study presents results from a comparison between scores of Hare's PCL-R obtained with five male samples. Two of these included individuals who were in prison for crimes against persons or against property and who were also drug abusers. Another two groups did committ the same type of crimes but they were not drug abusers, and the final one was picked in a Center for Treatment for Drug Abusers. Subjects in this last sample had no criminal problems, past or present. Results showed, among other aspects, that psychopathy is most frequent in samples where criminal activities play the major role and only one psychopath was identified among the group of solely drug abusers. Although some methodological limitations were identified theorethical and pratical implications for treatment were discussed.

Key Words: Drug addiction; Psychopathy; Crime; PCL-R.

Droga, comportamento criminoso e psicopatia: resultados de um estudo comparativo

Rui Abrunhosa Gonçalves e Cláudia Feitosa Salém

Introdução

A prevalência de traços psicopáticos ou características anti-sociais em indivíduos consumidores de substâncias é um dado relativamente bem documentado (e.g., Alterman & Cacciola, 1991; Hare, 1991). Assim, no quadro das explicações causais da psicopatia, o álcool e o consumo de estupefacientes aparecem muitas vezes associados com este distúrbio, pelo que certos autores conceberam mesmo um padrão psicopatológico - as Psicopatologias Desinibitórias - onde todos poderiam estar inseridos, tendo como traço comum a perca de autocontrolo, a impulsividade, a incapacidade para inibirem comportamentos inadequados com a correlativa frequência excessiva de comportamentos anti-sociais (e.g., Gorenstein & Newman, 1980; Smith & Newman, 1990; Sher & Trull, 1994). Importa igualmente referir, que é a partir do aparecimento e consolidação da Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R; Hare, 1991) como instrumento de identificação e avaliação da psicopatia, que os investigadores puderam dispor de um meio fiável de comparação dos estudos que lidam com estas questões, dada a controvérsia que o termo psicopatia sempre gerou (cf. Gonçalves, 1999; Hare, 1996).

O presente estudo procurou evidenciar diferenças entre vários grupos de sujeitos consoante, por um lado, a existência ou não da Desordem de abuso de substâncias (e.g., DSM IV; American Psychiatric Association, 1994), o Cometimento de crimes e o Grau de psicopatia evidenciado. Tendo em conta que o instrumento utilizado para avaliar o grau de psicopatia dos sujeitos foi a versão portuguesa da PCL-R (e.g., Gonçalves, 1999), será feita uma apresentação da mesma após o que serão referidos resultados da sua aplicação em amostras de abusadores de substâncias, com ou sem o concurso do cometimento de crimes.

A Checklist de psicopatia de Hare (Versão Revista)

A versão revista da *Checklist* de Psicopatia de Hare (PCL-R; Hare, 1991) é um instrumento composto por vinte itens que avalia o grau de psicopatia através de uma escala de 0 a 40 pontos, sendo particularmente destinado a populações forenses. Na base da elaboração desta *checklist* está uma concepção clínica da psicopatia inspirada no trabalho de Cleckley (1941/1976) e também a necessidade de criação de um instrumento que operacionalizasse o *constructo* e que permitisse, simultaneamente, a comparação entre resultados de investigações provenientes de diferentes autores.

O constructo de psicopatia defendido por Hare e personificado na PCL-R possui características dimensionais sendo composto por dois factores intercorrelacionados. Um factor, incluindo oito itens, refere-se aos traços de personalidade ordinariamente aceites como descritivos clínicos do síndrome e o segundo, com nove itens, reporta-se a um estilo de vida anti-social. Três itens - comportamento sexual promíscuo (n.º 11), relacionamentos conjugais numerosos e de curta duração (n.º 17) e versatilidade criminal (n.º 20) - não pertencem a nenhum dos factores, já que a sua saturação não atingiu o valor de .40 em qualquer um deles (cf., Hare, 1991). No Quadro 1 referem-se os itens que compõem a PCL-R e a sua pertença factorial.

Escusamo-nos aqui, por razões óbvias, de tecer considerações alongadas sobre os aspectos psicométricos do instrumento, ainda que seja importante referir que a PCL-R atingiu todos os índices relevantes de Consistência interna, Fidelidade e Validade exigíveis (cf., Hare, 1991), enquanto que a versão portuguesa, ainda que com dados apenas extraídos de pouco mais de sete dezenas de casos, revelou, igualmente, o mesmo espectro factorial do instrumento original (cf., Goncalves, 1999).

A cotação da PCL-R baseia-se numa entrevista de carácter semi-estruturado que é completada pela consulta dos Ficheiros/Processos institucionais podendo ainda recorrese à troca de impressões com outros profissionais que lidem directamente com os sujeitos em causa. Cabe ao investigador escolher a forma como desenvolve a sua entrevista, ainda que, pelo menos pela nossa experiência, o seguimento da ordem estabelecida parece ser o mais útil, já que no início são abordadas questões mais simples e eventualmente menos intrusivas para, progressivamente, se chegar a aspectos mais íntimos (e.g., relacionamento interpessoal e sexual, consumo de drogas, comportamento anti-social,) (cf., Gonçalves, 1999). Após a entrevista, os dados são completados recorrendo à consulta da informação arquivada. Só então se procederá à cotação final dos itens

Os itens são cotados com zero, um ou dois consoante, respectivamente, a) não se aplique ao sujeito (isto é, o

FACTOR 1	FACTOR 2				
Loquacidade/Volubilicade/Encanto Superficial	3 Necessidade de Estimulação/Tendência para o Técio				
2 Sentido Grancioso do Valor de Si Próprio	9 Estlo de Vida Parasita				
4 - Mentir Patológico	10 Deficiente Centrelo Comportamental				
5 Estilo Manipulativo	12 Comportamento Problemático Precoce				
6 Ausência de Remorsos ou Sentimentos de Culpa	13 Auséncia de Objectivos Realistas				
7 Superficialidade /fectiva	14 Impulsividade				
8 Frieza/Ausência de Empatia	15 Irresponsabilidace				
16 Não-Acatamento de Responsabilidades pelas suas Acções	18 Delinquência Juvenil				
	19 Revogação de Medidas Alternativas ou Flexibilizadoras da Pena de Prisão				
11 Comp	or:amento Sexual Promíscuo				
17 Relacionamentos (Conjugais Numerosos e de Curta Duração				
20) Versatilidade Criminal				

Fonte: Gonçalves (1999).

sujeito não exibe o traço ou comportamento em questão ou exibe características opostas ou inconsistentes com as intenções do item), ou b) se aplique apenas parcialmente (isto é, há uma adequação em certos aspectos mas existem demasiadas excepções ou dúvidas que possam garantir um score de 2 ou então há incerteza sobre se o item é ou não aplicável ou finalmente se existe um conflito entre informações da entrevista e dos ficheiros institucionais que não podem ser resolvidas no sentido de qualquer uma das outras pontuações); por último, c) se é aplicável na sua totalidade ou quase totalidade, recebe o score de 2. Em resumo: 0 = Não; 1 = Talvez/Nalguns aspectos; 2 = Sim. De referir que a cotação dos itens deve fazer-se com base no funcionamento típico do sujeito e não tanto no seu estado actual, que pode ser produto de uma multitude de circunstâncias eventualmente não tradutoras do seu modo de estar e de ser habitual. A PCL-R avalia, assim, traços e não estados.

Segundo as indicações de Hare (1991), um resultado igual ou superior a 30 pontos é indicador de existência de psicopatia, considerando-se ainda como não-psicopatas todos os indivíduos que pontuam abaixo de 20 e moderadamente psicopatas os que se situam entre os 20 e 29 pontos. Contudo, vários autores consideram apropriada a utilização de uma margem entre os 25 e 32 pontos para delimitar o "início" da psicopatia (e.g., Harris et al., 1991; Serin, Peters & Barbaree, 1990; Wong, 1988). Outros autores (e.g., Gacono & Hutton, 1994) sugerem ainda uma subdivisão destes intervalos, sobretudo o da classe intermédia, no sentido de proporcionar uma utilização clínica mais refinada. Neste estudo, foram seguidas as recomendações de Hare (1991).

Abuso de substâncias, comportamento criminoso e psicopatia

Embora se reconheça a existência de uma ligação entre consumo de substâncias e comportamentos anti-sociais e criminosos, a relação entre estes dois fenómenos está longe de ser linear (cf., Agra, 1998; Brochu, 1995; Ventura, 1997). Contudo, existe evidência suficiente que nos permite afirmar que, não só muitos indivíduos se envolvem no consumo de drogas após um início anterior noutras actividades criminosas - o consumo da droga parece assim

funcionar como mais uma actividade desviante e acessória a um estilo de vida criminal preexistente (e.g., Agra, 1998; Walters, 1998) - como também aqueles que se iniciam unicamente nos consumos (geralmente a partir da adolescência), acabam mais tarde por recorrer a actividades criminosas (sobretudo, crimes contra o património) para poderem "sustentar" a dependência (cf., Ventura, 1997). Em qualquer dos casos, porém, a partir de um determinado momento, estes dois estilos de vida (criminal e dependente) tendem a sobrepôr-se, já que os factores que inicialmente funcionavam como desencadeantes do comportamento desviante (qualquer que ele seja), passam a ser os que mantêm e encorajam o perpetuar desse estilo de vida, através de um mecanismo de condicionamento operante (Walters, 1998). Deste modo, se explicam as altas taxas de encarceramento evidenciadas um pouco por todo o mundo, não só por crimes directamente relacionados com as drogas (consumo, pequeno e grande tráfico), como por outros a ele indirectamente ligados (e.g., furto, roubo) (Provedoria da Justiça, 1996, 1999; Taylor & Bennett, 1999).

Por sua vez, a ligação do consumo de substâncias à psicopatia tem sido um fenómeno bem menos estudado. Ainda assim, encontraram-se correlações positivas que variam entre .24 e .40 entre os scores totais da PCL-R e os diagnósticos de abuso de substâncias, seja álcool ou outras drogas (e.g., Hare, 1991; Smith & Newman, 1990), sendo porém o score do factor 2 (estilo de vida anti-social) que maior contributo dá para essas correlações. De qualquer forma, e sabendo-se que a prevalência de um "curriculum" anti-social mais extenso é mais frequente em sujeitos encarcerados, um estudo de Alterman, Cacciola e Rutherford (1993) provou que a fidelidade da PCL-R era igualmente elevada com indivíduos participantes num programa de desintoxicação em meio livre.

O estudo de Smith e Newman (1990) debruçou-se sobre uma amostra de 360 reclusos de raça branca do sexo masculino e evidenciou associações significativas entre o consumo de álcool, anfetaminas, barbitúricos e opiáceos e a presença de psicopatia medida pela PCL-R. Não se verificaram resultados significativos quando os sujeitos eram consumidores de cannabis, cocaína ou substâncias alucinogénicas. Finalmente, os psicopatas revelaram-se ainda como aqueles em que o consumo de substâncias,

quaisquer que elas fossem (policonsumidores), era mais significativo. Os autores encontraram ainda uma correlação significativa dos tipos de consumos de drogas já referido e o score do Factor 2 (estilo de vida anti-social) da PCL-R, mas não do Factor 1 (características clínicas), o que entronca na referência que já fizemos à eventual sobreposição entre os dois estilos de vida desviantes.

Num estudo mais vasto sobre a prevalência da psicopatia em consumidores de heroína, Rutherford, Alterman e Cacciola (1996) evidenciaram que, numa amostra composta por 68 mulheres e 251 homens a quem foi administrado a PCL-R, as mulheres apresentavam scores significativamente mais baixos do que os homens, quer no total quer para qualquer um dos factores. Além disso, os scores médios da PCL-R destas mulheres não se distinguiam significativamente de outras 82 cocainómanas, embora a homogeneidade dos resultados destas últimas fosse menor. Os resultados indicaram que o padrão disfuncional emergente das mulheres consumidoras de cocaína e heroína se encaminhava no mesmo sentido dos homens consumidores, ainda que os seus scores de psicopatia fossem em média menores, como de resto é comum noutras amostras (Forth et al., 1996; Hare, 1991).

Por seu lado, Piotrowski, Tusel, Sees, Banys e Hall (1996) avaliaram 102 heroinómanos de ambos os sexos num programa de desintoxicação à base da metadona. A utilização da PCL-R neste contexto evidenciou baixos níveis de concordância com outros instrumentos de avaliação clínica, notando-se contudo diferenças relacionadas ao sexo. Assim, verificaram a existência de psicopatia (tomando como ponto de corte um score = 25) em 33% dos sujeitos, dos quais a maioria era do sexo masculino. Contudo, os autores não encontraram qualquer correlação significativa entre resposta ao tratamento e características psicopáticas ou anti-sociais. Com base nos resultados obtidos, foi referida a necessidade de uniformização de procedimentos de avaliação dos consumidores de substâncias, em ordem a permitir um melhor encaminhamento terapêutico que inclusivamente previna o desencadeamento de doenças infecto-contagiosas.

Nas investigações efectuadas em Portugal para avaliar a psicopatia em populações forenses com a PCL-R, a ligação à toxicodependência só tangencialmente tem sido abordada (cf., Gonçalves, 1999; 2001b). De facto, até agora as

amostras recolhidas apenas têm identificado os sujeitos em função das grandes categorias de crimes (e.g., crimes contra a sociedade, onde o tráfico/consumo se encontra incluído, não tendo havido o cuidado de fazer maiores destrinças, isto é, se se trata de simples consumidores que ocasionalmente traficam ou somente de traficantes). Ainda assim, e em qualquer dos casos, os resultados revelaram uma baixa incidência da psicopatia quando considerados os sujeitos acusados pelo crime de tráfico de estupefacientes. Assim, numa amostra de 150 reclusos em que 33 estavam condenados por tráfico de estupefacientes, apenas um foi considerado psicopata e 13 moderadamente psicopatas, surgindo, em termos gerais, a presença da psicopatia significativamente associada aos crimes de furto e aos crimes sexuais (Gonçalves, 2001b). É pois na tentativa de encontrar alguns nexos de relacionamento mais significativos que o presente estudo se situa, já que, como vimos, quer a nível internacional quer a nível nacional, os dados obtidos permitem uma certa margem de especulação.

Amostra e procedimento

Considerando o que foi dito anteriormente, procurou-se assim avaliar o grau de psicopatia presente numa amostra de toxicodependentes em tratamento e sem contactos com o sistema de Justica (isto é, não tinham cadastro criminal nem estavam acusados de qualquer crime), comparando-os com outras amostras de reclusos condenados por outros crimes e com ou sem contacto (consumo) com a droga, recolhidas aleatoriamente em estabelecimentos prisionais do norte do país. Deste modo, obtiveram-se cinco grupos num total de 164 sujeitos (vide Quadro 2). O primeiro grupo é o único que não tem contactos com a justiça e era portador do distúrbio de abuso de substâncias (opiáceos) (e.g., DSM IV; American Psychiatric Association, 1994). Nos grupos seguintes utilizou-se a dicotomia Crimes contra as pessoas versus Crimes contra o património, na tentativa de obter uma diferenciação de resultados em função dos dois grandes grupos de crimes que mais estão associados à insegurança e ao medo nas populações (cf., Ferreira, 1998). À excepção do Grupo 4, que é um pouco mais numeroso, todos os outros apresentam um efectivo de sujeitos semelhante⁽¹⁾.

A média global das idades foi de 32.4 com um desvio-padrão de 11.97. A idade mínima referenciada foi de 18 anos e a máxima de 76 anos o que contribuiu para alguma dispersão dos resultados. Se tivermos em conta as médias das idades em cada grupo, verifica-se que são os grupos em que é referenciada a ocorrência de crimes contra as pessoas que possuem as médias mais elevadas, sendo o Grupo 1, o mais jovem de todos. Assim, a divisão por grupos produz um efeito global muito significativo na idade (F = 24.81; p < .0001).

Quadro 2 - Caracterização dos cinco grupos que compõem a amostra.

Grupos	Consumo de drogas	Crime	Idade (M)	Idade (DP)	N
1	Sirn	Não	23.6	2.6	30
2	Sim	C/ as pessoas	30.3	7.7	24
3	Sim	C/ o património	28.2	5.5	29
4	Vão	C/ as pessoas	43.1	14.7	50
5	Vão	C/ o património	29.2	6.9	31

M=Média DP=Desvio Padrão

A PCL-R foi aplicada e cotada de acordo com as indicações de Hare (1991) e em todos os casos foram respeitados o direito à confidencialidade dos dados e o consentimento informado por parte dos participantes. Os protocolos foram recolhidos por licenciados ou estudantes de psicologia em fase final de graduação. Todos haviam recebido formação e treino na administração e cotação da PCL-R e estavam familiarizados com as características da psicopatia.

Análise e discussão dos resultados

Obtidos os protocolos, verificaram-se os valores por factor e no score total da PCL-R e procedeu-se a vários tratamentos estatísticos. A Tabela I expressa esses resultados. Como se pode ver, existe um efeito global significativo da pertença aos vários grupos sobre o score médio da PCL-R no total e por factores, ainda que seja no Factor 2 que esse efeito se verifique com mais intensidade. Assim, para o score total, verifica-se ser o Grupo 5 aquele que apresenta uma média mais elevada logo seguido do Grupo 3. O Grupo 1 (sujeitos só consumidores) é o que apresenta a média mais baixa.

Através dos testes post-hoc encontram-se diferenças significativas na comparação entre o Grupo 1 e o Grupo 5 (Scheffe = 2.51; p = .0005), entre o Grupo 2 e o Grupo 5 (Fisher = 4.19; p = .0005) e entre o Grupo 4 e o Grupo 5 (Fisher = 4.19; p = .0005). Dito de outro modo, os valores médios mais altos de psicopatia tendem a estar associados com mais frequência ao cometimento de crimes contra o património, com ou sem o concurso do consumo de drogas. Por outro lado, os que cometem crimes contra as pessoas (Grupo 4 e Grupo 2), quer consumam ou não drogas, tendem a evidenciar menor grau de psicopatia. Finalmente, aqueles que só estão envolvidos com a droga são os que revelam o nível médio mais baixo de psicopatia. Considerando agora os resultados por factores e de acordo com o que já foi mencionado na literatura, esperar-se-ia um contributo maior do Factor 2 na explicação dos níveis de psicopatia daqueles que consomem drogas. Para isso apuraram-se as diferenças de médias entre os factores nos vários grupos, através do t de Student, que constam também da Tabela I. Aí se pode ver que a tendência global é para ser o Factor 2 aquele que maior contributo dá para o score de psicopatia, mas só nos casos dos Grupos 1 e 3 é que a diferença é significativa. Ora são precisamente estes os dois grupos em que a associação droga e crime se encontra mais enraizada, ou seja, temos aqui, por um lado, o toxicodependente que não delinquiu mas que poderá fazê-lo caso não possua meios lícitos para adquirir a droga (Grupo 1) e, por outro lado, o que associa à sua actividade regular delinquente, geralmente pouco organizada e sem grande perigosidade social, o consumo de drogas (Grupo 3). De notar ainda, que no Grupo 4 (aquele em que os sujeitos cometeram os crimes mais graves) é que o Factor 1 suplanta o seu congénere, ainda que sem significância estatística.

Retomando a análise de variância, verifica-se de novo um efeito global significativo da pertença aos vários grupos sobre o score de cada um dos factores, com o Grupo 5 a destacar-se uma vez mais no Factor 1, ainda que agora acompanhado de perto pelo Grupo 4. No Factor 2, é o Grupo 3 que lidera os scores ficando o Grupo 5 em segundo lugar. A análise dos efeitos grupo a grupo revela uma maior disparidade sendo que, no Factor 1, o Grupo 1 distingue-se por ter scores médios significativamente inferiores aos dos Grupos 4 e 5 (respectivamente, Fisher

= 1.61; p = .0005 e Scheffe = 3.2; p = .0005). Este último, por sua vez, apresenta ainda valores significativamente mais elevados do que os dos Grupos 2 e 3 (respectivamente, Fisher = 1.89; p = .0005 e Fisher = 1.8; p = .0005). No Factor 2, a explicação do efeito global é assacada, principalmente ao facto de o Grupo 4 apresentar um score significativamente mais baixo do que os Grupos 1, 3 e 5 (respectivamente, Fisher = 1.97; p = .0005, Scheffe = 4.22; p = .0005 e Scheffe = 3.26; p = .0005). Houve também lugar a uma diferença de médias significativa entre os Grupos 2 e 3 (Fisher = 2.36; p = .0005)

Tabela I - Comparação dos resultados da PCL-R, total e factores, consoante os grupos.

Grupos	PCL-R	Total	Fac	tor 1	Fac	tor 2		
	М	DP	M	DP	М	DP	t	р
1	16.3	8.5	5.7	3.1	9.2	5.1	6,20	.0001
2	17.8	5.4	6.7	3.4	8.5	3.3	1.97	.0612
3	20.2	6.1	6.8	3.4	11.2	2.7	7.27	.0001
4	18.1	9.0	8.1	4.0	7.1	4.8	1.86	.0689
5	22.6	8.1	8.9	3.2	10.7	4.5	2.59	.0145
F	3.0	3.04		1.22		5.61		
р	.0	.019		0003 .0003		003	_	

Na Figura 1, nota-se talvez melhor a diferenciação dos resultados, com o Grupo 4 a destacar-se dos restantes por ser o único em que o score do Factor 2 é superado pelo do Factor 1, ainda que sem significado estatístico. Assim, neste caso, prevalece a magnitude das variáveis clínicas do síndrome em detrimento das que se relacionam com o estilo de vida anti-social, o que se torna particularmente interessante se retivermos que este grupo é aquele que só perpetrou crimes contra as pessoas que são, naturalmente, os mais graves. Por seu lado, os casos em que os valores do Factor 2 são significativamente superiores aos do Factor 1, envolvem os dois grupos de sujeitos - consumidores sem crimes (Grupo 1) e consumidores com crimes contra o património (Grupo 3) - que melhor tipificam a relação entre consumo de droga e psicopatia. Como já foi dito, o principal contributo para o score total de psicopatia em indivíduos dependentes de drogas é feito por via do seu estilo de vida anti-social e não tanto por serem portadores dos traços clínicos associados ao síndrome. Adicionalmente, sabe-se também que a criminalidade dos toxicodependentes é, essencialmente, de tipo

aquisitivo, o que naturalmente tende a aumentar significativamente o score do Factor 2.

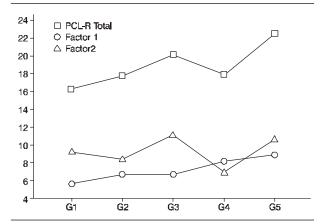


Figura 1 - Scores médios da PCL-R no total e por factores, nos cinco grupos que constituem a amostra.

Tendo em consideração que a análise dos resultados até aqui expressa apenas nos dá conta das médias da PCL-R (no total e por factores), o que poderá conduzir a alguma amalgamização dos resultados em função da utilização da medida de tendência central e, porque, como já vimos existe alguma dispersão dos mesmos em alguns dos grupos (existência de desvios-padrões algo elevados), entendeu-se proceder a um segundo momento de análise, mas apenas contabilizando o número de psicopatas (score total = 30), psicopatas moderados (score total entre 20 e 29) e não-psicopatas (score total < 20) em cada um dos grupos. Na Tabela II encontramos essa distribuição.

Tabela II - Distribuição dos sujeitos consoante os níveis de psicopatia identificados pela PCL-R.

PCL-R	<20		20-29		≥ 30		Total	
	N	%	N	%	N	%		
Grupo 1	17	56,7	12	40,0	1	3,3	30	
Grupo 2	16	66,7	7	29,2	1	1,2	24	
Grupo 3	13	44,8	14	48,3	2	6,9	29	
Grupo 4	31	62,0	12	24,0	7	14,0	50	
Grupo 5	12	38,7	13	41,9	6	19,4	31	

Como se pode ver, na totalidade da amostra, apenas 17 (10%) são psicopatas (score = 30), percentagem que se enquadra dentro da prevalência esperada⁽²⁾. Mais interessante do que isso é, porém, verificar que mais de 3/4

desses psicopatas provêm dos grupos 4 e 5, isto é, aqueles que não têm ligação ao consumo da droga. E nos que a têm (Grupo 1), apenas um sujeito é psicopata contra mais de 50% que são não-psicopatas. Finalmente, somando os totais dos grupos em que há consumo de drogas (Grupo 1, Grupo 2 e Grupo 3) e comparando-os com os totais daqueles em que esse consumo não existe (Grupo 4 e Grupo 5), em cada uma das classes evidenciadas pela PCL-R, obteve-se uma diferença altamente significativa no grupo dos psicopatas (χ^2 = 27.21; p = .0001). Nos restantes - não psicopatas e psicopatas moderados - não houve lugar a quaisquer outras diferenças significativas.

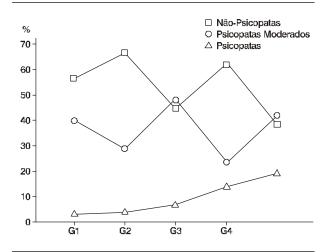


Figura 2 - Percentagem de psicopatas, psicopatas moderados e não-psicopatas em cada grupo.

A Figura 2 ajuda ainda a esclarecer melhor estas afirmações. De facto, somente no grupo dos psicopatas se nota um aumento constante da sua prevalência à medida que se caminha do Grupo 1 para o Grupo 5. Uma tendência inversa, embora não tão clara, é visível no grupo dos não-psicopatas. O grupo dos psicopatas moderados é o que tem uma curva menos definida. Dito de outro modo, a prevalência da psicopatia tende a aumentar nos grupos em que não se consome droga e só se cometem crimes e, dentro destes, onde se cometem os crimes mais graves. Esta explicação é consentânea com a evidência acumulada acerca da criminalidade dos psicopatas e da sua perigosidade. Assim, a literatura da especialidade associa de forma significativa a psicopatia ao cometimento de crimes e, sobretudo, crimes violentos (e.g., Hare, 1991; Hare,

Strachan & Forth, 1993; Hart, 1998; Gonçalves, 1999). Deste modo, estas constatações confirmam os resultados da análise de variância previamente efectuada que associavam, respectivamente e de forma significativa, níveis mais altos de psicopatia ao Grupo 5 e mais baixos ao Grupo 1. Destague-se ainda o facto de o Grupo 3, que na análise anterior detinha a segunda média mais elevada do score total da PCL-R, apenas apresentar agora dois sujeitos identificados como psicopatas, pelo que o valor médio total anteriormente obtido poderá ser explicado pelo elevado número de psicopatas moderados (quase 50%) que afinal encerra. Finalmente, importava verificar se o facto de haver um efeito significativo da idade na composição dos grupos, não poderia influenciar os resultados em discussão. Para isso, procedeu-se ao cálculo da correlação entre os scores totais da PCL-R e as idades dos sujeitos, obtendo-se um valor negativo mas bastante baixo (r = -.16). Este resultado vai ao encontro das observações de Hare (1991) e de nós próprios (Gonçalves, 1999), segundo as quais um maior número de psicopatas é identificado em faixas etárias mais jovens. Porém, importa lembrar que a PCL-R mede traços da personalidade que, por definição, se mantêm estáveis ao longo da vida do sujeito e, portanto, quem é psicopata aos 20 anos continuará quase certamente a sê-lo, aos 40. Além disso, os resultados atrás descritos referem a existência de maior número de psicopatas em dois dos grupos "mais idosos" da amostra. Deste modo, parece ser mais lícito concluir que a relação idade-psicopatia surge aqui mediatizada pela pertença aos diferentes grupos e nestes, os diferentes tipos de crime cometidos é que parecem ter uma ligação à variável idade. Na realidade, sabe-se que a criminalidade juvenil e jovem-adulta incide sobretudo no crime contra o património, sendo os crimes contra as pessoas e nomeadamente os homicídios, perpetrados mais por adultos (cf., Almeida, 1999; Lourenço & Lisboa, 1998).

Conclusão: Limitações e Implicações

O objectivo deste estudo era verificar a prevalência de psicopatas - identificados através da versão portuguesa da PCL-R - numa amostra de sujeitos toxicodependentes, por oposto a outras amostras constituídas por sujeitos em cumprimento de penas de prisão, por crimes contra o património e contra as pessoas, com ou sem ligação ao

consumo de drogas. O facto de a relação droga-crime ser ainda objecto de bastante especulação, pese embora os resultados da investigação entretanto produzida em Portugal (e.g., Agra, 1998; Manita, 1997), e tendo em conta a perigosidade criminal associada à psicopatia, foram motivos suficientes que nos levaram a indagar sobre o relacionamento entre estes dois fenómenos - droga e psicopatia - e a sua relação com o crime. Ao efectuarmos o balanço final deste estudo, importa salientar as suas principais implicações mas também as limitações de que padeceu. Comecemos pelas últimas.

Tais limitações prendem-se sobretudo, com as características das amostras. Já nos referimos à questão da idade e ao facto de haver alguma disparidade nos efectivos por grupo. Todavia, tal diferenciação pode ser assacada, como já dissemos ao tipo de crime pelos quais os sujeitos estavam condenados. Porém, e no que toca às amostras retiradas da prisão, é necessário referir que o que se teve em conta para definir a variável Crime, foi o delito pelo qual o sujeito estava no momento a cumprir pena, não tendo sido analisado se esse crime constituía facto isolado ou se os sujeitos provinham de um percurso criminal mais ou menos especializado. Além disso, foram considerados os crimes inseridos nos grandes grupos do Código Penal (e.g., crimes contra o património), em que podem ser incluídos crimes de natureza diversa quanto ao grau de violência empregue ou mesmo ao objecto dessa violência. Assim, sabe-se que há uma diferença substancial entre o furto e o roubo (ambos têm propósitos aquisitivos mas o segundo envolve violência), assim como entre os crimes de natureza sexual e os de ofensas corporais, e que tais diferenças poderão reflectir-se nos scores de psicopatia (cf., Gonçalves, 2001 b). Por outro lado, o facto de a amostra de toxicodependentes (Grupo 1) ser bastante jovem pode ajudar a explicar, para já, o seu não-envolvimento em actividades criminais. De facto, se tivermos em conta que existe um certo número de ofensores que só em adultos (geralmente a partir dos 25 anos) é que se envolvem em actividades criminosos - "adult starters" (e.g., Moffitt, 1993) - pode acontecer que alguns destes indivíduos possuam os pré--requisitos desse perfil. Ainda assim, o que é de salientar neste grupo (Grupo 1), é a escassa presença de psicopatas que de alguma forma pode levar-nos a crer que tal não sucederá.

Quanto às implicações, os resultados obtidos permitiram, entre outros aspectos, evidenciar o facto de que a presença de psicopatas entre os consumidores de droga (heroína, neste caso) é episódica. Essa presença aumenta se tais consumidores estiverem associados a um percurso de vida criminal mas ainda assim de forma muito pouco significativa. Por outro lado, é nos sujeitos com carreira exclusivamente criminal (isto é, que não consomem drogas) que, de forma significativa, tendem a surgir psicopatas. Sabendo-se que os psicopatas tendem a constituir-se como criminosos de carreira e, dentro desta, a revelarem particular apetência por crimes violentos, o presente estudo, ao demonstrar que não é junto dos toxicodependentes que os encontramos não legitima a ligação frequentemente propagandeada entre toxicodependência e perigosidade. Sendo certo que os toxicodependentes podem cometer crimes - e fazem-no indubitavelmente (cf., Provedoria da Justiça, 1996, 1999) - tais actos não configuram a auréola de violência que seria de esperar se, no seu seio, albergassem uma percentagem considerável de psicopatas. Uma outra implicação deste estudo refere-se à importância de que se reveste o estilo de vida dos sujeitos para melhor compreender o seu percurso desviante e a eventual adopção de uma carreira criminal. Assim, a conceptualização de Walters (1998) a que já aludimos, parece fazer todo o sentido já que os nossos dados identificam, por um lado, um estilo de vida relacionado com o consumo de drogas, onde as dimensões mais importantes são a irresponsabilidade e a autodesculpabilização, enquanto que do lado do estilo de vida criminal prevalecem a intrusividade interpessoal e a quebra de regras sociais. Ao introduzimos a variável psicopatia, é possível que estes estilos se definam melhor pois que, como vimos (cf., Tabela I), o contributo do Factor 2 da PCL-R (estilo de vida anti-social) é determinante para o score total, quer para o Grupo 1 (consumidores que não cometem crimes: t = 6.2; p = .0001) quer para o Grupo 3 (consumidores que cometem crimes contra o património: t = 7.27; p = .0001). Ora já foi demonstrado (e.g., Garrido & Tomas, 1995) que o Factor 2 da PCL-R se encontra bem correlacionado com o "Lifestyle Criminality Screening Form" de Walters.

Importa referir ainda que os resultados a que chegámos podem ter implicações pertinentes para o estabelecimento de programas de intervenção mais adequados aos problemas patenteados pelos sujeitos. Deste modo, e como já tivemos oportunidade de explicar noutro local (cf., Gonçalves, 2001a), é essencial que se equacionem intervenções que cumpram critérios de rigor metodológico, permitam uma constante avaliação de processo e tenham em conta as particularidades que encerram os vários tipos de ofensores e os seus percursos desviantes e/ou criminais. Neste particular, o presente estudo identifica claramente onde é que é previsível acoitarem-se os psicopatas e, simultaneamente, sugere que a incarceração de indivíduos com problemas de consumo de droga, longe de constituir uma solução, acrescenta mais problemas ao problema da toxicodependência.

Resta finalmente dizer que as limitações acima apontadas não devem constituir fonte de desânimo ou de descrença para futuras investigações. Outrossim, poderão ser precisamente a pedra de toque para que mais e melhores estudos se intensifiquem.

Contacto:

Rui Abrunhosa Gonçalves

Psicólogo

Professor Associado do Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga

Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho 4700 BRAGA

e-mail: rabrunhosa@iep.uminho.pt

Claúdia Feitosa Salém

Psicóloga

Docente do Instituto Superior de Línguas e Administração, Bragança

Notas

(1) Para uma descrição mais pormenorizada das amostras consulte-se Salem (2001) para o Grupo 1, e Gonçalves (2001) para os restantes grupos.
(2) Se excluirmos o Grupo 1, ficando só com aqueles com contacto efectivo com a Justiça, a percentagem de psicopatas sobe para 11,4 o que é mais consentâneo com os valores apontados na literatura para a prevalência desta desordem em populações forenses (entre 15 a 20%) (cf., Gonçalves, 1999).

Referências Bibliográficas

Agra, C. (1998). Entre Droga e Crime. Lisboa: Ed. Notícias.

Almeida, F. (1999). Homicidas em Portugal. Maia: Instituto Superior da Maia.

Alterman, A. I. & Cacciola, J. S. (1991). "The antisocial personality disorder diagnosis in substance abusers: Problems and issues". *Journal of Nervous and Mental Diseases*, 179: 401-409.

Alterman, A. I.; Cacciola, J. S. & Rutherford, M. J. (1993). "Reliability of the revised Psychopathy Checklist in substance abuse patients". *Psychological Assessement*, 5: 442-448.

American Psychiatric Association (1994). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-IV) (4th. ed.). Washington, DC: American Psychiatric Association.

Brochu, S. (1995). *Drogue et Criminalité: Une Relation Complexe*. Montréal: Presses Universitaires de Montréal.

Cleckley, H. (1941/1976). The Mask of Sanity (5th. ed.). St. Louis: Mosby. [Originalmente publicado em 1941].

Ferreira, E. V. (1998). Crime e Insegurança em Portugal. Padrões e tendências, 1985-1996. Oeiras: Celta.

Forth, A. E.; Brown, S. L.; Hart, S. D. & Hare, R. D. (1996). "The assessement of psychopathy in male and female noncriminals: Reliability and validity". *Personality and Individual Differences*, 20: 531-543.

Gacono, C. B. & Hutton, H. E. (1994). "Suggestions for the clinical and forensic use of the Hare Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R)". *International Journal of Law and Psychiatry*, 17: 303-317.

Garrido Genovés, V. & Tomas, J. (1995). Selecting Violent Criminals in Spain: A Multi-approach Study. Comunicação apresentada ao NATO Advanced Study Institute on "Psychopathy: Theory, Research and Implications for Society", Alvor, 27 de Novembro - 7 de Dezembro, Portugal.

Gonçalves, R. A. (1999). *Psicopatia e Processos Adaptativos à prisão: Da Intervenção para a Prevenção.* Braga: Centro de Estudos de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Gonçalves, R. A. (2001a). "Anti-socialidade e psicopatia: Punir, tratar ou controlar?" *In: Problemas Emocionais* e *Comportamento Anti-Social*, (pp. 63-91). Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.

Gonçalves, R. A. (2001b). "Psicopatia em Portugal: Estudos em contextos prisionais". *Temas Penitenciários*, Série II, 6-7: 63-71.

Gorenstein, E. E. & Newman, J. P. (1980). "Dishinibitory psychopathology: A new perspective and a model for research". *Psychological Review*, 87: 301-315.

Hare, R. D. (1991). The Hare Psychopathy Checklist-Revised. Toronto: Multi Health Systems.

Hare, R. D. (1996). "Psychopathy: A clinical construct whose time has come". Criminal Justice and Behavior, 23: 25-54.

Hare; R. D., Strachan, C. & Forth, A. E. (1993). "Psychopathy and crime: An overview". *In:* C. R. Hollin & K. Howells (Eds.), *Clinical Approaches to the Mentally Disordered Offender* (165-178). Chichester: Wiley.

Harris, G. T.; Rice, M. E. & Cormier, C. A. (1991). "Psychopathy and violent recidivism". Law and Human Behavior, 15: 625-637.

Hart, S. D. (1998). "Psychopathy and risk for violence". *In:* David J. Cook, Adelle E. Forth, and Robert Hare (Eds.), *Psychopathy: Theory, Research and Implications for Society* (pp. 355-373). Dordrecht, The Netherlands: Kluwer.

Lourenço, N. & Lisboa, M. (1998). "Dez anos de crime em Portugal". Cadernos do CEJ. 17. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários. Manita, C. (1997). "Personalidade e acção em consumidores de droga e delinquentes". *Estudos Droga e Crime*, vol. 7. Lisboa: Ministério da Justiça - Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.

Moffitt, T. E. (1993). "Adolescence-limited and life-course persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy". *Psychological Review*, 100: 674-701.

Piotrowski, N. A.; Tusel, D. J.; Sees, K. L.; Barrys, P. & Hall, S. M. (1996). "Psychopathy and antisocial personality in men and women with primary opioid dependence". *In*: David J. Cook, Adelle E. Forth, Joseph Newman and Robert Hare (Eds.), *International Perspectives on Psychopathy* (123-125). London: The British Psycological Society.

Provedoria de Justiça (1996). *Relatório Sobre o Sistema Prisional*. Lisboa: Provedoria de Justiça - (Serviços de Documentação).

Provedoria de Justiça (1999). *Relatório Sobre o Sistema Prisional*. Lisboa: Provedoria de Justiça - (Serviços de Documentação).

Rutherford, M. J.; Alterman, A. I. & Cacciola, J. S. (1996). "Reliability and validity of the Revised-Psychopathy Checklist in opiate and cocaine addicted women". *In:* David J. Cook; Adelle E. Forth, Joseph Newman and Robert Hare (Eds.), *International Perspectives on Psychopathy* (136-141). London: The British Psycological Society.

Salem, C. F. (2001). Psicopatia e Toxicodependência: Estudo Exploratório. Dissertação de Mestrado não-publicada. Braga: Universidade do Minho.

Serin, R. C., Peters; R. & Barbaree, H. E. (1990). "Predictors of psychopathy and release outcome in a prison population". *Psychological Assessment: A Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 2: 419-422.

Sher, K. J. & Trull, T. J. (1994). "Personality and disinhibitory psychopathology: Alcoholism and antisocial personality disorder". *Journal of Abnormal Psychology*, 103: 92-102.

Smith, S. S. & Newman, J. P. (1990). "Alcohol and drug abuse-dependence disorders in psychopathic and nonpsychopathic criminal offenders". *Journal of Abnormal Psychology*, 99: 430-439.

Taylor, B. & Bennett, T. (1999). Comparing Drug Use Rates of Detained Arrestees in the United States and England. Research Report. Washington: National Institute of Justice.

Ventura, J. P. (1997). "Toxicodependência, motivação, comportamento delituoso e responsabilidade criminal: Alguns nexos de comprovada causalidade". Revista Portuguesa de Ciência Criminal, 7: 461-482.

Walters, G. D. (1998). Changing Lives of Crime and Drugs. *Intervening with Substance-Abusing Offenders*. Chichester UK: Wiley.

Wong, S. (1988). "Is Hare's Psychopathy Checklist reliable without the interview?" *Psychological Reports*, 62: 931-934.